

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes e de outros artigos próprios de lojas de departamentos no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou "Consolidado"), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação societária em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bandeira, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA": LREN3).

1.1 Aquisição de participação societária - Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")

Conforme divulgado em fato relevante de 12 de maio de 2011, a Companhia, por intermédio de sua subsidiária Renner Empreendimentos Ltda. ("REMP"), concluiu naquela data a compra de 100% do capital da Maxmix Comercial Ltda, detentora da marca Camicado, empresa de varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho e decoração, com 28 lojas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. O valor total do negócio totalizou R\$ 165.000, do qual foram descontados os ajustes de preço, oriundos do endividamento líquido da Camicado levantado na data de 4 de maio de 2011. Adicionalmente foi negociada a retenção de R\$ 15.000 para fazer frente a eventuais perdas que a Camicado venha a incorrer e que serão objeto de indenização à Companhia pelos ex-controladores da Camicado.

O saldo retido será corrigido desde a data de fechamento até a data de seu respectivo pagamento pela variação positiva do IGPM/FGV, limitado, no entanto, à variação do CDI no mesmo período, durante o período de 5 anos. Os pagamentos do valor retido serão realizados mediante a realização dos respectivos processos.

Na data de fechamento do negócio, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 99.810, correspondente à parcela de R\$ 112.500, abatida do endividamento líquido da Camicado, no montante de R\$ 12.690, declarado naquela data. O saldo remanescente de R\$ 37.500 (líquido da parcela de R\$ 15.000, retida para pagamento futuro), foi integralmente pago entre 10 de junho e 4 de agosto de 2011, (abatida por ajustes no endividamento líquido da Camicado no montante de R\$ 430).

Em 27 de janeiro de 2012 foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Camicado, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 e IFRS 3. Para essa avaliação foi considerada a data-base de 30 de abril de 2011, data do último balanço levantado pela Camicado antes da data de aquisição.

Apresentamos o valor contábil e o valor justo do balanço patrimonial da Camicado em 30 de abril de 2011, bem como a apuração do ágio e o respectivo imposto de renda gerado na operação:

	Valor contábil	Valor justo
Estoques	18.871	19.083
Ativo imobilizado (a)	3.025	14.457
Ativo intangível (b)	3.675	35.237
Imposto de renda e contribuição social (c)		(14.690)
Outros passivos líquidos	(33.575)	(33.575)
(Passivos)/ativos líquidos	(8.004)	20.512
% de participação comprada	100%	100%
(Passivos)/ativos líquidos, adquiridos	(8.004)	20.512
Contraprestação considerada (d)	151.880	151.880
Ágio apurado na operação antes dos efeitos tributários	159.884	131.368
Benefício de imposto de renda e contribuição social (e)	(54.360)	(54.360)
Ágio apurado na operação, líquido de efeitos tributários	105.524	77.008

- (a) O ativo imobilizado da Camicado na data de aquisição era composto basicamente por benfeitorias e instalações em imóveis arrendados de terceiros. Para a avaliação do imobilizado foi aplicada a metodologia *Cost Approach*, que baseia-se no princípio da substituição (custo de aquisição ou reconstrução), tomando-o como indicador do valor justo. O valor da mais valia foi depreciado desde a data de aquisição, com base nas respectivas vidas úteis de cada bem, conforme práticas e políticas descritas nas notas explicativas nº 3.10 e 11 (a). A depreciação da mais valia reconhecida no resultado do exercício de 2011 totalizou R\$ 3.170.

- (b) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se à marca Camicado e ao acordo de não competição com ex-controladores da Camicado, negociado nessa aquisição.

Na avaliação da Marca foi aplicado o *Income Approach*, que baseia-se no valor presente dos fluxos de caixa que o ativo avaliado deverá gerar no futuro, com base na metodologia *Relief-from-Royalties*. Foi determinada taxa de *royalty* com base na média de taxas verificadas no mercado em pesquisas sobre transações comerciais envolvendo marcas e análises qualitativas realizadas para captar as diferentes características econômicas entre todas as marcas envolvidas na transação. Tanto a taxa de *royalty*, como as taxas de desconto, foram obtidas através de estimativas com base na experiência e base de dados da empresa especializada contratada para elaboração do laudo que suportou os registros contábeis da Companhia.

O acordo de não competitividade também foi mensurado através do *Income Approach*, na metodologia *With-Without*, que leva em conta a perda de receita que o investidor poderia incorrer em caso de o vendedor resolver competir com a empresa vendida, utilizando uma taxa de desconto apropriada. O valor apurado será amortizado no período de 5 anos conforme prazo de vigência previsto em contrato. A amortização desse ativo intangível reconhecida no resultado do exercício de 2011 totalizou R\$ 466.

- (c) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre a mais valia de estoques, ativo imobilizado e ativos intangíveis, considerando a taxa nominal combinada de 34%. A realização no resultado será proporcional as respectivas depreciações e amortizações dos ativos.
- (d) A contraprestação considerada nessa operação considerou o valor justo de todos os pagamentos e dívidas assumidas nessa operação. O contrato de compra da Camicado não contém contraprestação contingente.
- (e) A aquisição da Camicado prevê a incorporação da Camicado pela Companhia, viabilizando a amortização fiscal do ágio conforme previsto na legislação tributária vigente. O benefício futuro dessa amortização foi considerado na apuração do ágio, tendo em vista que as projeções da Administração da Companhia indicam que será viável o aproveitamento integral desse benefício, conforme descrito na nota explicativa nº 9 (a). A realização desse ativo será proporcional a sua amortização fiscal.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras incluem:

- Demonstrações financeiras individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.
- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

A preparação das demonstrações financeiras, tanto em IFRS quanto em BRGAAP, requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração avalia como práticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 3.12 e 16), provisão para perdas em crédito (notas explicativas nº 3.7 e 6), determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (notas explicativas nº 3.8, 6 e 15), determinação do valor justo da remuneração baseada em ações (notas explicativas nº 3.15 e 26), determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22.4), provisão para perdas em estoque (notas explicativas nº 3.9 e 8), estimativa de realização do imposto de renda diferido ativo (notas explicativas nº 3.14 e 9), determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (notas explicativas nº 3.10 e 11), determinação do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos como resultado da aquisição de participações societárias (nota explicativa nº 1.1) e avaliação de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indeterminada (notas explicativas nº 3.11 e 11 (b)).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de janeiro de 2012.

2.1 Demonstrações financeiras individuais da Controladora – BRGAAP

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), normas, orientações e interpretações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais o valor dos investimentos nas controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais estabelecem a adoção do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, enquanto que o IFRS não prevê demonstrações financeiras individuais, entretanto, nas demonstrações financeiras separadas, previstas pelo IFRS, a avaliação dos investimentos em controladas deve ser mensurada ao custo ou valor justo.

2.2 Demonstrações financeiras Consolidadas – BRGAAP e IFRS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC, normas, orientações e interpretações expedidas pela CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP). Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora e cada uma de suas subsidiárias atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Controladora e de todas as suas controladas, e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos, descritos nas "vendas de serviços financeiros".

Vendas de serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de liquidez imediata e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinadas controladora), registrados ao valor de mercado. No consolidado, também está incluído o saldo das aplicações financeiras do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner, o qual tem uso restrito para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora.

3.5 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (nota explicativa nº 3.17). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" (nota explicativa nº 3.6).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 3.6).

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 3.7.

Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o

passivo simultaneamente.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedidos aos seus clientes por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva (nota explicativa nº 3.8), menos a provisão para redução ao valor de recuperação (*impairment*) (nota explicativa nº 3.7).

A Controladora realiza operações de securitização de contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner"), conforme nota explicativa nº 7.

3.7 Provisão para perdas ao valor de recuperação do contas a receber de clientes

A provisão para perdas é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil, seguindo a mesma política adotada pelas instituições financeiras.

3.8 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 3,0% a.m. e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,0% a.m. Os impostos a recolher de longo prazo, sob os quais não há incidência de encargos financeiros, também foram ajustados a valor presente utilizando a taxa estimada do custo de capital da Companhia. Os tributos diferidos não são trazidos ao seu valor presente.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

3.9 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadorias importadas.

3.10 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.11. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração.

3.15 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

Remuneração com base em ações

A Companhia opera com planos de remuneração com base em ações a administradores e executivos selecionados, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos mesmos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "vesting period". A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, margem bruta, resultado operacional, captação de cartões, entre outras.

3.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.17 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do

fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: (i) *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou (ii) *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa);

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 22. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 20. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

(a) *Hedge* de valor justo

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de variação cambial decorrente do financiamento de importações (nota explicativa nº 14), nessas operações são utilizadas compras de opções "call" de dólar futuro.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, assim como as variações no valor justo do risco cambial dos financiamentos protegidos por *hedge*. A Companhia não identificou parcela não efetiva para os derivativos designados como *hedge* de valor justo durante 2011 e 2010. As variações no valor justo do risco cambial dos financiamentos de importação protegidas por *hedge*, são reconhecidas na demonstração do resultado como custo.

(b) *Hedge* de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para se proteger contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos. Nessas operações são utilizadas compras de opções "call" de dólar futuro.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial" até a liquidação dos referidos instrumentos, realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação no caso de bens do ativo imobilizado. A Companhia não identificou parcela não efetiva para os derivativos designados como *hedge* de valor justo durante 2011 e 2010.

3.18 Operações com arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

A Companhia possui alguns contratos de arrendamento de *software* classificados como financeiros. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos, sendo amortizados conforme vida útil do bem. As obrigações assumidas nesses arrendamentos são reconhecidas como passivo, acrescido de encargos financeiros considerando a taxa efetiva de juros.

3.19 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota nº 3.8).

3.20 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras consolidadas – IFRS e BRGAAP

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico, onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

Em 31 de dezembro de 2011 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

	% de participação direta e indireta no capital total
Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")	100,0%
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC")	100,0%
Renner Empreendimentos Ltda. ("REMP")	100,0%
Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")	100,0%

3.21 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras individuais da Controladora – BRGAAP

Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As operações entre as controladas e a Controladora, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminadas. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes às adotadas pela Companhia.

3.22 Formato de apresentação das demonstrações de resultado

Nas demonstrações de resultado a Companhia apresenta o lucro operacional antes da equivalência patrimonial, depreciações e amortizações, despesas com plano de opções em ações, resultado financeiro e resultado com baixa de ativos fixos. Esse formato de apresentação representa o conceito de LAJIDA (EBITDA) e tem como objetivo principal atender as necessidades dos acionistas e usuários dessas demonstrações financeiras.

Nas demonstrações do resultado incluídas nessas demonstrações financeiras, a Companhia apresenta o resultado de acordo com formulário DFP da CVM. A apresentação do LAJIDA da Companhia nestas demonstrações financeiras está sendo efetuada em conjunto com a nota explicativa nº 31.

As despesas incluídas nas demonstrações de resultado destas demonstrações estão apresentadas de acordo com sua função. A apresentação dessas despesas de acordo com sua natureza está divulgada na nota explicativa nº 33.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9.

- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 10.

- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia entende que não haverá impactos considerando a atual estrutura de contratos e de participações societárias.

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia entende que não haverá impactos considerando a atual estrutura de contratos e de participações societárias.

- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Caixa e bancos	35.415	36.524	36.766	37.283
CDB (a)	164.215	179.165	164.215	179.165
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	187.982	232.095	201.857	232.095
Fundo de renda fixa - FIDC (c)	-	-	-	207.024
Aplicações financeiras LFTN – FIDC (d)	-	-	110.610	28.094
Aplicações financeiras LFT Over – FIDC (e)	-	-	49.546	-
Aplicações FIDC curto prazo (f)	28.542	9.754	-	-
Fundo de investimento – BACEN Jude (g)	111	-	111	-
CDB (h)	15.147	-	15.159	-
Total	431.412	457.538	578.264	683.661

As disponibilidades da Companhia só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de *rating* classificadas como Grau de Investimento. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., HSBC Bank Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Itaú BBA S.A..

As aplicações de liquidez imediata da Companhia, em sua maioria, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Companhia. Essas aplicações financeiras referem-se a:

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,5% (100,7% em 2010);

(b) Operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,8% (101,0% em 2010);

(c) Fundo de renda fixa do FIDC disponível a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora e apresenta um rendimento equivalente a 96% do CDI;

(d) Aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro Nacional as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, e apresenta um rendimento equivalente à precificação e rentabilidade feita a partir da curva do papel, com base na Selic diária;

(e) As aplicações financeiras compromissadas de um dia (OVER) do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, apresentando um rendimento diário equivalente à variação da taxa DI, onde a atualização do valor nominal unitário da LFT contemplará juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa Selic;

(f) Saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner resgatáveis a qualquer momento, conforme regulamento do fundo descrito na nota explicativa nº 7;

(g) Fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentaram rendimento anual médio de 60,81% do CDI sendo lastreadas 100% em Letras Financeiras do Tesouro, líquido da taxa de administração; e

(h) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) relacionados a aplicações automáticas ("Produto Aplic AUT Itaú"), cujo rendimento médio é de 20% da variação do CDI.

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Moeda nacional:		
Contas a receber de clientes (valores nominais)		
A vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	151.984	137.453
A vencer de 31 a 60 dias	172.684	157.989
A vencer de 61 a 90 dias	137.074	125.624
A vencer de 91 a 120 dias	102.622	93.882
A vencer de 121 a 150 dias	82.558	72.671
A vencer de 151 a 180 dias	42.060	41.039
A vencer acima de 180 dias	41.319	40.186
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	33.726	33.432
Vencidos de 31 a 60 dias	14.210	11.963
Vencidos de 61 a 90 dias	12.534	8.899
Vencidos de 91 a 180 dias	37.606	26.542
	<u>828.377</u>	<u>749.680</u>
Administradoras de cartões de crédito		
A vencer de 1 a 30 dias	91.198	76.459
A vencer de 31 a 60 dias	56.107	43.633
A vencer acima de 60 dias	26.806	22.512
	<u>174.111</u>	<u>142.604</u>
Outras contas a receber		
Outras contas a receber	1.635	611
Comissões e operações a receber – Empréstimo pessoal	28.396	25.465
Posições com saldo credor	(57)	(3.394)
Menos:		
Ajuste a valor presente	(46.834)	(55.647)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(47.283)	(42.200)
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(17.718)	(14.885)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	(371.540)	(277.090)
Rendas a apropriar - títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	(42.051)	(19.660)
Total Controladora – BRGAAP	<u>507.036</u>	<u>505.484</u>
Administradoras de cartões de crédito		
A vencer de 1 a 30 dias	10.156	-
A vencer de 31 a 60 dias	6.029	-
A vencer acima de 60 dias	4.779	-
Comissões e operações a receber – Empréstimo pessoal	79.620	79.383
Outras contas a receber	28.445	1.538
Provisão para perdas em crédito – Cartão bandeira	(1.290)	(2)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	371.540	277.090
Total Consolidado – IFRS e BRGAAP	<u>1.006.315</u>	<u>863.493</u>

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo de contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito.

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota

explicativa nº 3.8), e reduzidas por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.7).

A totalidade da carteira de créditos transferidos para FIDC Lojas Renner é mantida nos controles da Controladora e apresentados na avaliação da qualidade dos créditos apresentados na tabela acima, considerando a manutenção da gestão desses títulos por parte da Controladora (nota explicativa nº 7). No contexto do consolidado, os títulos mantidos na carteira do FIDC Lojas Renner são integralmente consolidados pela Companhia.

7 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner (“FIDC Lojas Renner”)

Em dezembro de 2010, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Itaú Unibanco. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 5 de dezembro de 2013.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 31 de dezembro de 2011, é subdividida em: 3,5 mil quotas “senior” de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 353.050, representativas de 66,41% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data; e 1,5 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 178.542 (dos quais R\$ 28.542 são apresentados como caixa e equivalente de caixa e R\$ 150.000 apresentados como FIDC Lojas Renner do ativo não circulante), representativas de 33,59% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data. O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido do fundo e não terão meta de remuneração definida.

A Controladora atua como agente de cobrança e agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC Lojas Renner (representados por vendas parceladas e financiamento de clientes inadimplentes) totalizam R\$ 371.540 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 277.090 em 2010), líquidos de provisão para perdas.

O saldo dos custos incorridos pela Controladora para a emissão do FIDC Lojas Renner totaliza R\$ 6.330 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 9.339 em 2010), e será reconhecido no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme a taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso. Nas demonstrações financeiras individuais, esse custo encontra-se apresentado no balanço patrimonial como despesas antecipadas e no consolidado apresentado como redutor dos financiamentos.

O balanço patrimonial do fundo está assim composto:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	160.157	235.130
Contas a receber	371.540	277.090
Total do ativo	<u>531.697</u>	<u>512.220</u>
Passivo		
Contas a pagar	105	103
Patrimônio Líquido	531.592	512.117
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>531.697</u>	<u>512.220</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a remuneração das quotas seniores está assim composta:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade em milhares</u>	<u>Taxa CDI</u>	<u>Saldo a resgatar</u>
Seniores A	1,5	111,56%	151.307
Seniores B	0,8	111,56%	80.697
Seniores C	0,8	111,56%	80.697
Seniores D	0,4	111,56%	40.349
Total	<u>3,5</u>		<u>353.050</u>

A remuneração é calculada com base na taxa CDI adicionada a 1,2%, conforme disposto no Regulamento do Fundo.

8 Estoques

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Mercadorias para revenda	305.593	272.203	330.215	272.203
Ajuste a valor presente	(8.621)	(6.988)	(8.621)	(6.988)
Provisão para perdas	(16.534)	(14.723)	(17.218)	(14.723)
Mercadorias para revenda, líquido	280.438	250.492	304.376	250.492
Importações em andamento	95.275	23.342	95.275	23.342
Adiantamento a fornecedores	1.183	524	1.183	524
Materiais auxiliares e almoxarifado	1.480	1.592	1.914	1.592
Total	378.376	275.950	402.748	275.950

9 Impostos a recuperar e diferidos

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A realização do valor contábil do ativo fiscal diferido é revisada anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão preliminar da Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora - BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65.001	57.085
Ajuste a valor presente – líquido	46.287	54.301
Provisão para riscos tributários	53.734	44.915
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	18.846	31.753
Outras provisões	21.976	15.947
Ajuste avaliação patrimonial - hedge	(3.243)	3.954
Outros	3.794	13.978
Total	206.395	221.933
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	70.174	75.457
	Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65.001	57.085
Ajuste a valor presente – líquido	46.287	54.301
Ágio na aquisição de participação societária (i)	159.884	-
Mais valia de ativos - nota explicativa nº 1.1	(39.358)	-
Provisão para riscos tributários	54.307	44.915
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19.124	31.753
Outras provisões	22.659	15.947
Ajuste avaliação patrimonial – hedge	(3.243)	3.954
Bases negativas e prejuízos fiscais (ii)	11.300	-
Outros	3.794	13.978
Total	339.755	221.933
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	115.517	75.457

(i) Ágio apurado na aquisição da Camicado, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. (e). A Administração da Companhia estima que os benefícios da amortização desse ágio sejam integralmente utilizados em até 10 anos a partir da data de incorporação societária da Camicado. Para fins dessa análise, a Companhia contratou empresa especializada, que emitiu laudo de avaliação datado de 4 de abril de 2011, divulgado pela Companhia em fato relevante nessa data. Em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia revisou as premissas utilizadas no referido laudo de avaliação e não identificou fatores que indiquem uma redução na rentabilidade apresentada ou alterações nas premissas utilizadas.

(ii) Crédito sobre bases negativas de prejuízos da Camicado reconhecidos entre a data de aquisição e 31 de dezembro de 2011. As mesmas premissas utilizadas e descritas no item (i) acima, foram consideradas para reconhecimento desses créditos.

b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidas

Baseada no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de realização:

Período	Controladora	Consolidado
2012	57.322	44.487
2013	3.213	11.151
2014	3.213	14.852
2015	3.213	16.855
2016	3.213	14.327
2017	-	10.872
2018	-	2.973
Total	70.174	115.517

c) Análise da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após participações estatutárias	475.212	428.466	475.393	431.771
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(161.572)	(145.678)	(161.634)	(146.802)
Tributos sobre adições permanentes:				
Despesa com remunerações baseadas em ações	(6.145)	(5.911)	(6.145)	(5.911)
Outras adições	(2.775)	(2.760)	(3.349)	(2.760)
Tributos sobre exclusões permanentes:				
Resultado de participações societárias	3.706	7.198	-	-
Juros sobre capital próprio	25.992	23.878	25.992	23.878
Diferenças de IR e CSLL de controladas	-	-	3.885	5.017
Incentivos fiscais (PAT)	1.514	2.377	1.514	2.377
Outras exclusões	951	434	1.203	434
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24	48	24
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(138.305)	(120.438)	(138.486)	(123.743)
Corrente	(135.469)	(132.918)	(140.014)	(136.223)
Diferido	(2.836)	12.480	1.528	12.480

No exercício de 2011 a Companhia deduziu do Imposto de Renda a pagar os incentivos fiscais abaixo:

Descrição

Lei Ruanet (4%)	2.203
Funcionária (1%)	555
Lei Esporte (1%)	560
Total	3.318

d) Composição dos impostos a recuperar

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.884	2.945	2.954	3.055
PIS/COFINS	2.365	1.215	2.415	1.215
ICMS	23.106	14.222	24.884	14.222
Outros Impostos a recuperar	83	105	192	118
Ativo circulante	28.438	18.487	30.445	18.610
ICMS	17.277	12.607	17.277	12.607
Ativo não circulante	17.277	12.607	17.277	12.607

10 Investimentos

Os investimentos na Controladora – BRGAAP estão assim compostos:

Em 31/12/2011 e exercício findo nessa data						
	Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do investimento	Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	Resultado de equivalência patrimonial
RACC	7	99,99%	20.869	20.866	9.281	9.279
Dromegon	7.205	99,99%	12.903	12.903	3.399	3.399
REMP	150.050	99,99%	148.269	148.269	(1.781)	(1.781)
Ágio (a)				1.540		
Outros Investimentos				63		
				183.641	10.899	10.897

Em 31/12/2010 e exercício findo nessa data						
	Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do Investimento	Lucro Líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial
RACC	7	99,99%	11.588	11.587	18.090	18.089
Dromegon	7.205	99,99%	9.505	9.504	3.082	3.081
Ágio(a)				1.589		
Outros Investimentos				63		
				22.743	21.172	21.170

(a) O ágio sobre investimentos em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 1.540 (R\$ 1.589 em 2010), classificado como investimentos na controladora – BRGAAP e como imobilizado no consolidado – IFRS e BRGAAP, refere-se à diferença entre o valor justo à época de aquisição da participação da Dromegon e o valor contábil de bem registrado no imobilizado desta controlada. Referido ágio está sendo amortizado na proporção em que o ativo de origem é realizado.

As movimentações na conta de investimentos da Controladora – BRGAAP, foram as seguintes:

	2011	2010
Saldo inicial	22.743	12.926
Aporte de capital na REMF	150.050	-
Resultado de participação societária	10.897	21.170
Distribuição dividendos de subsidiárias	-	(11.303)
Amortização de ágio alocado aos ativos das adquiridas	(49)	(50)
Saldo final	183.641	22.743

11 Imobilizado e intangível

As movimentações do ativo imobilizado da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP) foram as seguintes:

(a) Imobilizado

Controladora – BRGAAP

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/09	1.367	14.852	545.878	935	68.069	82	631.183
Adições	-	-	59.723	425	14.072	53.168	127.388
Transferências	-	(2)	33.127	-	(5.953)	(37.022)	(9.850)
Baixas	(1.080)	(10.199)	(13.200)	(275)	(11.849)	(171)	(36.774)
Saldo em 31/12/10	287	4.651	625.528	1.085	64.339	16.057	711.947
Adições	-	173	177.995	292	23.475	42.403	244.338
Transferências	-	(52)	42.053	-	630	(42.625)	6
Baixas	-	-	(887)	(319)	(1.898)	(162)	(3.266)
Saldo em 31/12/11	287	4.772	844.689	1.058	86.546	15.673	953.025
Depreciação							
Saldo em 31/12/09	-	(8.016)	(223.500)	(475)	(47.400)	-	(279.391)
Adições	-	(120)	(51.278)	(203)	(8.183)	-	(59.784)
Transferências	-	33	1.074	-	4.876	-	5.983
Baixas	-	5.708	11.469	110	10.956	-	28.243
Saldo em 31/12/10	-	(2.395)	(262.235)	(568)	(39.751)	-	(304.949)
Adições	-	(82)	(61.782)	(188)	(9.661)	-	(71.713)
Transferências	-	28	(31)	-	-	-	(3)
Baixas	-	-	568	294	1.842	-	2.704
Saldo em 31/12/11	-	(2.449)	(323.480)	(462)	(47.570)	-	(373.961)
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/09	1.367	6.836	322.378	460	20.669	82	351.792
Saldo em 31/12/10	287	2.256	363.293	517	24.588	16.057	406.998
Saldo em 31/12/11	287	2.323	521.209	596	38.976	15.673	579.064

Consolidado – IFRS

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/09	1.367	25.083	545.878	935	68.069	82	641.414
Adições	-	-	59.723	425	14.072	53.168	127.388
Transferências	-	(2)	33.127	-	(5.953)	(37.022)	(9.850)
Baixas	(1.080)	(10.199)	(13.200)	(275)	(11.849)	(171)	(36.774)
Saldo em 31/12/10	287	14.882	625.528	1.085	64.339	16.057	722.178
Adições (i)	-	173	180.931	528	23.608	43.484	248.724
Adições mais valia (ii)	-	-	11.124	-	308	-	11.432
Aquisição Camicado (ii)	-	-	4.342	264	1.971	-	6.577
Transferências	-	(52)	42.426	-	630	(42.998)	6
Baixas	-	-	(887)	(705)	(1.898)	(162)	(3.652)
Saldo em 31/12/11	287	15.003	863.464	1.172	88.958	16.381	985.265
Depreciação							
Saldo em 31/12/09	-	(12.467)	(223.500)	(475)	(47.400)	-	(283.842)
Adições	-	(295)	(51.278)	(203)	(8.183)	-	(59.959)
Transferências	-	33	1.074	-	4.876	-	5.983
Baixas	-	5.708	11.469	110	10.956	-	28.243
Saldo em 31/12/10	-	(7.021)	(262.235)	(568)	(39.751)	-	(309.575)
Adições	-	(258)	(62.092)	(196)	(9.796)	-	(72.342)
Adições mais valia (ii)	-	-	(3.076)	-	(93)	-	(3.169)
Aquisição Camicado (ii)	-	-	(1.774)	(138)	(1.640)	-	(3.552)
Transferências	-	28	(29)	-	-	-	(1)
Baixas	-	-	599	394	1.862	-	2.855
Saldo em 31/12/11	-	(7.251)	(328.607)	(508)	(49.418)	-	(385.784)
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/09	1.367	12.616	322.378	460	20.669	82	357.572
Saldo em 31/12/10	287	7.861	363.293	517	24.588	16.057	412.603
Saldo em 31/12/11	287	7.752	534.857	664	39.540	16.381	599.481

- (i) Adições de custo de imobilizado: refere-se principalmente aos investimentos em conexão com plano de expansão e abertura de novas lojas da Companhia.
- (ii) "Aquisição Camicado" refere-se aos saldos iniciais da Camicado na data da aquisição (30/04/2011). "Adições mais valia" referem-se aos ajustes a valor justo conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1.

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de depreciação do imobilizado:

	Taxa média depreciação (a.a. %)
Terrenos	-
Prédios	3
Móveis, instalações e benfeitorias	10
Veículos	20
Computadores e periféricos	20

(b) Intangível**Controladora – BRGAAP**

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Total
Custo				
Saldo em 31/12/09	82.406	37.386	24	119.816
Adições	32.797	-	100	32.897
Transferências	9.718	(187)	-	9.531
Baixas	(5.773)	-	-	(5.773)
Saldo em 31/12/10	119.148	37.199	124	156.471
Adições	37.847	6.892	104	44.843
Transferências	(3)	-	-	(3)
Baixas	-	(135)	-	(135)
Saldo em 31/12/11	156.992	43.956	228	201.176
Amortização				
Saldo em 31/12/09	(47.705)	(25.974)	(24)	(73.703)
Adições	(14.065)	(1.757)	(5)	(15.827)
Transferências	(5.849)	185	-	(5.664)
Baixas	5.705	-	(5)	5.700
Saldo em 31/12/10	(61.914)	(27.546)	(34)	(89.494)
Adições	(19.394)	(1.557)	(29)	(20.980)
Saldo em 31/12/11	(81.308)	(29.103)	(63)	(110.474)
Saldo líquido				
Saldo em 31/12/09	34.701	11.412	-	46.113
Saldo em 31/12/10	57.234	9.653	90	66.977
Saldo em 31/12/11	75.684	14.853	165	90.702

Consolidado – IFRS

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Intangível Outros	Ágio Camicado (i)	Total
Custo						
Saldo em 31/12/09	82.406	37.386	24	-	-	119.816
Adições	32.797	-	100	-	-	32.897
Transferências	9.718	(187)	-	-	-	9.531
Baixas	(5.773)	-	-	-	-	(5.773)
Saldo em 31/12/10	119.148	37.199	124	-	-	156.471
Adições	40.905	6.892	104	-	-	47.901
Adições mais valia (i)	-	-	28.062	3.500	-	31.562
Ágio Camicado (ii)	-	-	-	-	77.008	77.008
Aquisição Camicado (i)	4.654	-	16	-	-	4.670
Transferências	(3)	-	(5)	-	-	(8)
Baixas	-	(135)	-	-	-	(135)
Saldo em 31/12/11	164.704	43.956	28.301	3.500	77.008	317.469
Amortização						
Saldo em 31/12/09	(47.705)	(25.974)	(24)	-	-	(73.703)
Adições	(14.065)	(1.757)	(5)	-	-	(15.827)
Transferências	(5.849)	185	-	-	-	(5.664)
Baixas	5.705	-	(5)	-	-	5.700
Saldo em 31/12/10	(61.914)	(27.546)	(34)	-	-	(89.494)
Adições	(20.069)	(1.557)	(33)	-	-	(21.659)
Adições mais valia (i)	-	-	-	(467)	-	(467)
Aquisição Camicado (i)	(995)	-	-	-	-	(995)
Baixas	-	-	4	-	-	4
Saldo em 31/12/11	(82.978)	(29.103)	(63)	(467)	-	(112.611)
Saldo líquido						
Saldo em 31/12/09	34.701	11.412	-	-	-	46.113
Saldo em 31/12/10	57.234	9.653	90	-	-	66.977
Saldo em 31/12/11	81.726	14.853	28.238	3.033	77.008	204.858

(i) "Aquisição Camicado" refere-se aos saldos iniciais da Camicado na data da aquisição (30/04/2011). "Adições mais valia" referem-se aos ajustes a valor justo conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1.

(ii) "Ágio Camicado" refere-se ao ágio apurado na aquisição da Camicado conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (a.a. %)
Sistemas de informática	20
Direito de utilização de imóveis	10
Marcas e patentes	10

(c) Impairment de intangíveis com vida útil indefinida

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida da Companhia referem-se ao ágio e a marca identificados no processo de aquisição da Camicado realizada em 12 de maio de 2011 (nota explicativa nº 1.1). Os respectivos valores de aquisição desses ativos foram lastreados em laudos de avaliação emitidos por peritos em 4 de maio de 2011 e 27 de janeiro de 2012. A Administração da Companhia realizou o teste de eventual *impairment* nesses ativos na data base de 31 de dezembro de 2011, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3.11. Para essa análise a Administração da Companhia considerou o negócio Camicado como sendo uma Unidade Geradora de Caixa (UGCs).

O valor recuperável da Camicado foi determinado com base em cálculos do valor em uso, projeções de fluxo de caixa, antes

do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando o plano de abertura de novas lojas e taxas médias de crescimento no longo prazo do setor de varejo na qual a Camicado atua.

12 Empréstimos e financiamentos

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	12.138	12.138	12.138	12.138
Encargos Financiamento Banco do Nordeste	106	142	106	142
Empréstimo - capital de giro (b.1)	-	-	5.564	-
Empréstimo - capital de giro – conta garantia (b.2)	-	-	5.693	-
Encargos Financiamento debêntures - série 1 – (c)	12.502	-	12.502	-
Encargos Financiamento debêntures - série 2 – (c)	5.000	-	5.000	-
Total	29.746	12.280	41.003	12.280

Passivo não circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	24.276	36.415	24.276	36.415
Debêntures - série 1 – (c)	215.100	-	215.100	-
Debêntures - série 2 – (c)	84.900	-	84.900	-
Saldo a amortizar custos de estruturação debêntures	(1.943)	-	(1.943)	-
Total	322.333	36.415	322.333	36.415

(a) A Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 20 de dezembro de 2007 para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, no montante de R\$ 64.816 a serem liberados em 4 parcelas, garantidos por carta fiança. Até 31 de dezembro de 2011, foram liberadas as três primeiras parcelas no valor total de R\$ 57.647, de cujo montante já foram efetuados pagamentos de principal a partir de 2010. Os encargos estão atualmente em 10% a.a. podendo ser alterados por decreto federal. Em caso de inadimplência no pagamento dos encargos, a Companhia receberá bônus de 15% sobre o valor dos encargos em cada parcela. Os encargos são pagos trimestralmente durante a carência de 24 meses (dezembro de 2007 a dezembro de 2009). De janeiro de 2010 a dezembro de 2014 está ocorrendo a amortização mensal do principal, acrescido dos encargos. Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos do referido financiamento a partir de 31 de dezembro de 2011:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2012	12.138	3.534
2013	12.138	2.172
2014	12.138	763
Total	36.414	6.469

(b.1) A Companhia, por intermédio de sua subsidiária Camicado, mantém empréstimos de capital de giro junto ao Banco Itaú BBA S.A. com encargo médio pré fixado de 14,38% ao ano; (b.2) A Camicado captou outro empréstimo de capital de giro na modalidade de conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) com encargo proporcional a 111% do CDI.

(c) Conforme deliberado pelo Conselho de Administração em 13 de junho de 2011, a Companhia, sob a coordenação do Banco Santander (Brasil) S.A., nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400 de 29 de dezembro de 2003, emitiu 30.000 (trinta mil) debêntures nominativas, escriturais não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da quarta emissão da Companhia, com valor unitário de R\$ 10 na data da emissão (15 de julho de 2011), perfazendo o montante total de R\$ 300.000. Os recursos oriundos dessa operação serão destinados para otimização da estrutura de capital da Companhia, manutenção de um nível adequado de caixa, financiamento de sua estratégia de expansão orgânica.

A emissão foi feita em duas séries, cujas características são:

	Debêntures	
	Série 1	Série 2
Montante	R\$ 215,1 milhões	R\$ 84,9 milhões
Prazo final	5 anos	6 anos
Taxa inicial <i>bookbuilding</i>	CDI + 1,35% a.a.	IPCA + 8,15% a.a.
Taxa final <i>bookbuilding</i>	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 7,80% a.a.
Amortizações	Principal: o final do 4º e 5º anos e juros: semestralmente	Principal: o final do 4º, 5º e 6º anos e juros: anualmente

13 Financiamentos – operações serviços financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia mantinha financiamentos de serviços financeiros com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Itaú BBA S.A.

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamentos – Vendas Financiadas (a.1)	7.152	98.715	7.426	98.735
Financiamentos – Vendas Financiadas (a.2)	4.203	-	4.203	-
Financiamentos – Empréstimo pessoal (b)	-	-	77.058	76.644
Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida (c)	110	69.624	4.086	69.709
Financiamento Clientes inadimplentes Vendor (d)	24.109	19.695	24.109	19.695
Quotas Seniors – FIDC Lojas Renner (e)	-	-	3.050	2.363
Total	35.574	188.034	119.932	267.146

(a.1) As operações de vendas financiadas referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais, com encargos de 6,90% a.m. (6,90% a.m. em 2010), sobre as quais a Companhia possui coobrigação de pagamento.

(a.2) São operações de vendas financiadas disponibilizadas em algumas filiais e referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento de sete, nove e onze prestações mensais, com encargos de 4,90% a.m.

(b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela subsidiária RACC, dos quais a Companhia é garantidora.

(c) Os valores de "Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida" estão sujeitos a encargos líquidos médios de 12,88% a.a. (12,60% a.a. em 2010), com prazo final de até 180 dias e são utilizados essencialmente para o financiamento da carteira em atraso.

(d) A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes, que estão sujeitos a encargos de 15,90% a.m. (14,7% a.m. em 2010). A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.

(e) Representa a atualização da subscrição das quotas sênior do FIDC Lojas Renner, cujo resgate se dá em até 90 dias.

As operações de financiamentos de recebíveis do passivo circulante possuem prazos de vencimento de curto prazo, em linha com os prazos de realização dos valores registrados no contas a receber.

Passivo não circulante

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (a)	-	-	350.000	350.000
Saldo a amortizar custos de estruturação FIDC Lojas Renner (b)	-	-	(6.330)	(9.339)
Total	-	-	343.670	340.661

(a) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 7), objeto de distribuição pública

nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Lojas Renner em dezembro de 2013.

- (b) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos dos recursos captados de quotistas senior do FIDC Lojas Renner:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2012	-	37.576
2013	350.000	36.035
Total	350.000	73.611

14 Financiamentos das importações

Em dezembro de 2011, a Companhia iniciou a operação de financiamento de parte de suas importações (FINIMP), realizado junto a uma instituição financeira no Brasil (Banco Bradesco S.A.). As operações de FINIMP são denominadas em dólares norte americanos e atualizados com juros "all in" de 3,26% a.a., composto por taxa Libor, spread bancário e a retenção do imposto de renda. O prazo de vencimento dos juros e do principal é de 180 dias.

15 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Fornecedores comerciais	272.424	245.178	310.054	245.178
Ajuste a valor presente	(2.235)	(2.317)	(2.235)	(2.317)
Fornecedores uso e consumo	115.993	74.217	122.068	75.424
Total	386.182	317.078	429.887	318.285

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 169.229 (R\$ 169.320 em 2010). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

16 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e contingências passivas e ativas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 25.335 na controladora – BRGAAP e R\$ 25.787 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 29.777 e R\$ 29.784 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 19.566 na controladora e R\$ 19.976 no consolidado, em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 20.647 em 2010), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 6.147 na controladora – BRGAAP e R\$ 6.189 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 9.508 e R\$ 9.515 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante, sendo R\$ 5.769 na controladora – BRGAAP e R\$ 5.811 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 9.130 e R\$ 9.137 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) de natureza tributária e R\$ 378 (R\$ 378 em 2010) de natureza cível.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, nas experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A síntese das movimentações das provisões foram as seguintes:

Controladora – BRGAAP	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/12/2011
Cíveis	11.943	614	-	-	-	12.557
Trabalhistas	5.638	1.081	-	(430)	-	6.289
Total passivo circulante – Controladora	17.581	1.695	-	(430)	-	18.846

Consolidado – IFRS e BRGAAP	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/12/2011
Cíveis	11.943	650	-	(26)	-	12.567
Trabalhistas	5.638	1.349	-	(430)	-	6.557
Total passivo circulante – Consolidado	17.581	1.999	-	(456)	-	19.124

Controladora – BRGAAP	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/12/2011
ICMS (a)	33.556	4.012	(629)	(7.005)	2.510	32.444
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.616	6.553	-	-	2.597	12.766
Outros impostos e contribuições (c)	12.574	7.925	-	(705)	1.496	21.290
Cíveis (d)	14.173	397	(14.570)	-	-	-
(-) Depósitos judiciais relacionados	(20.647)	-	1.081	-	-	(19.566)
Total passivo não circulante	43.272	18.887	(14.118)	(7.710)	6.603	46.934

Consolidado – IFRS e BRGAAP	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/12/2011
ICMS (a)	33.556	4.012	(629)	(7.005)	2.510	32.444
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.616	6.553	-	-	2.597	12.766
Outros impostos e contribuições (c)	12.716	8.545	-	(705)	1.496	22.052
Cíveis (d)	14.173	397	(14.570)	-	-	-
(-) Depósitos judiciais relacionados	(20.647)	(410)	1.081	-	-	(19.976)
Total passivo não circulante	43.414	19.097	(14.118)	(7.710)	6.603	47.286

a) Referem-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange o crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e aquisições de ativo imobilizado. Também estão incluídos neste montante questionamento realizado por autoridade fiscal, por meio de auto de lançamento, de crédito de ICMS nas devoluções de mercadorias dos clientes, do crédito de ICMS de compras de fornecedores com inscrição estadual baixada, como também de crédito de ICMS de aquisições de imobilizado utilizados para reformas e outros itens classificados pelo fisco como não essenciais à atividade;

b) Referem-se a discussões relacionadas à glosa de ajustes no lucro tributável, decorrentes de correção monetária de balanço, compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, diferenças apontadas pela autoridade fiscal por ter atribuído a Controladora, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controlada RACC tributada pelo lucro presumido, apropriação de crédito de benefícios relacionados à Lei da Inovação, entre outros;

c) São diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, fundo de garantia, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, majoração nos encargos de seguro de acidente de trabalho, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos, de acordo com os mesmos critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota;

d) Estão reconhecidas nesta linha, provisões para processos de natureza cível, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos assessores jurídicos. Em 3 de março de 2011, foram pagos R\$ 14.712, quitando processo para cujo risco a Companhia mantinha provisão de perda.

Em 31 de dezembro de 2011, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, era de R\$ 140.697 na controladora – BRGAAP e R\$ 141.754 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 111.201 e R\$ 111.208 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). Para os processos classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais sobre a contingência. Do saldo da provisão para riscos tributários consignado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, R\$ 34.165 na controladora – BRGAAP e R\$ 34.770 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 24.000 e R\$ 24.001, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010) referem-se a estimativas de custas processuais para estes processos. Embora a Administração entenda que a probabilidade de desembolso com estes processos individualmente seja pequena, pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados.

A Companhia discute judicialmente em processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em disputa judicial e é avaliado como de perda provável no que tange ao uso da marca e como possível no que diz respeito a eventuais indenizações, sendo que em ambas as hipóteses não há contingência financeira determinada nos autos.

17 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

Passivo circulante	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	2.678	2.248	24.202	5.592
Obrigações com clientes (b)	11.308	12.914	14.131	12.916
Obrigações relacionadas às operações com seguros e títulos de capitalização (c)	6.660	6.980	6.944	7.345
Obrigações aos ex-controladores Camicado (d)	-	-	361	-
Outras obrigações	11.107	12.410	7.104	12.410
Total de outras obrigações – passivo circulante	31.753	34.552	52.742	38.263
Passivo não circulante	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	4.551	-	7.744	4.749
Obrigações relacionadas às operações com seguros (c)	3.515	2.929	3.515	2.929
Obrigações aos ex-controladores da Camicado (d)	-	-	15.000	-
Total de outras obrigações – passivo não circulante	8.066	2.929	26.259	7.678

(a) referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira; (b) referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues; (c) adiantamentos relacionados às operações de seguros referente contrato de exclusividade, prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora e aos títulos de capitalização; e (d) saldo da contraprestação refida pela Companhia no processo de aquisição da Camicado, conforme nota explicativa nº 1.1.

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social	45.790	22.037	46.073	23.001
ICMS a recolher	114.292	77.104	113.031	77.104
Encargos sociais	19.164	15.744	20.235	15.753
PIS/COFINS	44.700	41.354	45.687	41.480
Outros tributos	3.603	4.934	6.482	5.089
Total passivo circulante	227.549	161.173	231.508	162.427
PAES (a)	650	1.881	650	1.881
ICMS a recolher – Pró-Emprego (b)	26.732	32.398	26.732	32.398
AVP - ICMS a recolher - Pró-Emprego	(4.931)	(5.315)	(4.931)	(5.315)
Outros	-	-	932	-
Total passivo não circulante	22.451	28.964	23.383	28.964

(a) Em 30 de maio de 2003, foi editada a Lei 10.684 que trata, entre outros pontos, do Parcelamento Especial – PAES, destinado a promover o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. A Companhia optou por incluir no referido parcelamento, em 31 de julho de 2003, alguns débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O montante está sendo pago em parcelas mensais atualizadas com base na TJLP, cujo vencimento final é no ano de 2013.

(b) A Companhia obteve enquadramento no Programa Pró-Emprego, do Estado de Santa Catarina, em contrapartida a investimentos realizados no seu centro de distribuição localizado no município de Palhoça. Os valores de ICMS a recolher apurados naquele estabelecimento serão pagos num prazo de 24 meses a contar da data de ocorrência do fato gerador, nas apurações mensais efetuadas a partir de junho de 2007, conforme deferido em ato da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Para a manutenção do enquadramento no Programa Pró-Emprego, a Companhia contribui, sobre os benefícios assegurados no referido programa, com 2,5% e 2% respectivamente, para o Fundo Pró-Emprego e para o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior.

19 Capital social e reservas

19.1 Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 421.683 (R\$ 408.734 em 2010), representado por 122.821.065 (cento e vinte dois milhões, oitocentos e vinte e um mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 43 do Estatuto Social da Companhia, qualquer acionista que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BOVESPA e do Estatuto Social da Companhia, em condições tais que protejam os interesses dos demais acionistas. Em 31 de dezembro de 2011, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

19.2 Reservas de capital

a) Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

b) Reserva de plano de opções de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 26. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE).

19.3 Reservas de lucros

a) Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 35, item (c) do estatuto social da Companhia.

b) Reserva legal

Esta reserva é constituída conforme determina a legislação societária.

c) Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos em excesso ao mínimo obrigatório, cuja destinação é realizada por aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é apresentada na nota explicativa nº 34.

20 Ajuste de avaliação patrimonial

São apresentados como ajuste de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos (notas explicativas nº 3.17 e 22). O montante dos ajustes registrados representa um ganho, líquido de impostos, no montante de R\$ 2.140 (R\$ 2.610 de perda líquida de impostos em 2010) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

21 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação,

para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinado a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

		Controladora – BRGAAP e Consolidado – IFRS e BRGAAP	
		2011	2010
Básico			
Numerador básico			
Lucro líquido alocado para ações ordinárias		336.907	308.028
Denominador básico			
Média ponderada de ações ordinárias		122.494	121.981
LUCRO POR AÇÃO – BÁSICO		2,7504	2,5252
Diluído			
Numerador diluído			
Lucro líquido alocado para ações ordinárias		336.907	308.028
Denominador diluído			
Média ponderada de ações ordinárias		122.494	121.981
Mais:			
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações		2.448	2.242
Total		124.942	124.223
LUCRO POR AÇÃO – DILUÍDO		2,6965	2,4796

22 Instrumentos financeiros e gestão de capital

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

22.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros ativos operados pela Companhia incluem, (i) recebíveis, composto por contas a receber de clientes pela venda de mercadorias e equivalentes de caixa; e (ii) derivativos usados para hedge.

Os instrumentos financeiros passivos operados pela Companhia incluem, (i) Fornecedores; e (ii) Empréstimos e financiamentos.

22.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

Empréstimos e financiamentos

As taxas de juros dos empréstimos contratados, no encerramento do período, se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazos e riscos semelhantes e, portanto, o valor contábil dos empréstimos são similares aos de mercado.

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração.

22.3 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preços da moeda.

A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

(a) Riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% do custo FOB de suas importações e financiamentos de importação, via operações de *hedge*, compostas por contratos de opções de compra de dólar norte americano (nota explicativa nº 3.17). O *hedge* é utilizado somente como um instrumento de proteção de valor da Companhia, e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na empresa.

Uma vez definido o planejamento de compras, é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local, dentro dos padrões de margem de lucro esperados e dos prazos de entrega prováveis e, a partir daí se define o preço de exercício e vencimentos que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte americano. Para contratação das opções de compra de dólar norte americano destinadas a *hedge* das operações de financiamento de importações, toma-se por base as mesmas premissas relacionadas a preço de exercício do *hedge* para pedidos de importação e considera-se o mesmo vencimento dos financiamentos para o qual foram contratadas. Para determinação do preço de exercício e vencimento de opções de compra de dólar norte americano destinadas a *hedge* dos pedidos de importação de ativo imobilizado, leva-se em conta o custo previsto no projeto de investimento a ele relacionado, bem como o prazo de pagamento do mesmo.

Ao limitar-se ou reduzir-se os riscos cambiais incorridos na execução das operações da Companhia, através da contratação de instrumentos derivativos, busca-se garantir rentabilidade mínima nas transações que envolvam ativos ou passivos precificados em moeda estrangeira, como na lucratividade oriunda da comercialização de produtos importados ou na limitação de custos em operações de dívida em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos alocados no mercado de renda fixa com pagamento de taxa de juros fixa, atrelados ao CDI e como parte do custo a variação de índices de inflação. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de *hedge* natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI e recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e *hedge* natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Considerando a manutenção de posições de equivalentes de caixa indexados ao CDI e em patamares superiores às captações de dívida, também atreladas ao CDI, parte em taxas de juros fixas e parte indexados a índices de inflação, posições de financiamentos de clientes em montantes equivalentes às linhas de crédito tomadas para financiamento destas operações e indexadas pelas mesmas taxas, levando em conta ainda a estrutura de financiamento das operações, predominantemente de capital próprio, a Administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito aos seus clientes.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). A Companhia registrou provisão para perdas em crédito no montante de R\$ 65.001 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 57.085 em 2010), para cobrir os riscos de

crédito. O agendamento (*aging*) de recebimentos e a provisão de perdas com crédito reconhecidas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Os ativos representados por equivalentes de caixa, depósitos em bancos e derivativos, tem como contraparte, instituições financeiras de reconhecida solidez e/ou são lastreados em títulos garantidos por estas instituições.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia tem espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (notas explicativas nº 12 e 13), não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros, a principal operação com cláusulas dessa natureza são as Debêntures emitidas em 15 de julho de 2011. A síntese dos índices financeiros (*Covenants*) previstos nessa operação, conforme documento de oferta pública registrado na CVM são: i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 2,5; ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero). A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento dos mesmos com significativa margem de segurança.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2011, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

O passivo financeiro mantido pela Companhia em 31 de dezembro de 2011 é representado basicamente pelos empréstimos e financiamentos, cuja expectativa de fluxos de caixa futuros encontra-se apresentada nas notas explicativas nº 12 e 13.

22.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela diretoria, somente para proteção de risco cambial assumido em pedidos de importações e financiamentos de importações, conforme descrito na nota explicativa nº 3.17.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tem contratadas opções de compra de dólar norte americano cujos valores nominais totalizam US\$ 90.738 mil, com as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco do Brasil S.A. Cada opção de compra de dólar norte americano assegura o direito à Companhia de adquirir a referida moeda a um preço estabelecido para o vencimento (preço de exercício). Em 31 de dezembro de 2011, o preço de exercício médio das opções de compra de dólar adquiridas era de R\$ 1,8356 para cada dólar.

A avaliação do valor justo das opções de compra de dólar é estabelecida com base no mercado ativo (nível 1). Em 31 de dezembro de 2011, o valor justo dos derivativos apresentados pela Companhia foi de R\$ 11.192, sendo R\$ 9.596 alocado nos estoques, como importações em andamento, R\$ 527 alocados em adiantamentos a fornecedores de imobilizado e R\$ 1.069 referente a hedge do Financiamento de importações (FINIMP), alocado em outras contas a receber. Esse montante representa o risco máximo do instrumento contratado, já que a opção de compra de dólar assegura um direito e não impõe obrigações ao contratante.

A tabela a seguir sumaria as informações referentes às opções de compra de dólar norte americano em aberto em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Período	Operação	Valor pago pelas opções em aberto	Valor justo das opções	Vencimentos
31/12/2011	Opção de compra de dólar	7.981	11.192	De 31/01/12 a 28/12/12
31/12/2010	Opção de compra de dólar	4.604	650	De 31/01/11 a 29/07/11

A tabela a seguir sumaria os resultados dos derivativos diferidos no patrimônio líquido, considerando a aplicação do conceito de hedge de fluxo de caixa:

Período	Ganho / (perda) diferidas - bruta	IR/CSLL (34%)	Ganho / (perda) diferidas - líquida
31/12/2011	3.243	(1.103)	2.140
31/12/2010	(3.954)	1.344	(2.610)

Considerando que os instrumentos contratados têm a finalidade de proteger a Companhia contra riscos de alta da moeda norte americana, segue análise de sensibilidade para três cenários hipotéticos, sendo um cenário esperado à época das contratações e dois cenários de alta do dólar norte americano, em 31 de dezembro de 2011:

Período	Operação	Valor de referência da cobertura US\$	Cotação US\$ exercício	Risco	Resultado Hedge Cenário esperado	Resultado bruto Hedge Cenário I (alta 25%)	Resultado bruto Hedge Cenário II (alta 50%)
31/12/2011	Opção de compra de dólar	90.738	1,8356	Alta do US\$	(7.981)	33.649	75.289
31/12/2010	Opção de compra de dólar	44.743	1,7885	Alta do US\$	(4.604)	15.382	35.388

Cabe destacar que os cenários acima representam as potenciais oscilações sobre o risco de cambio sobre os compromissos assumidos por pedido de importação ou financiamento de importação, cujos montantes estão integralmente protegidos por operações de derivativos, assim caso esses cenários hipotéticos venham a se confirmar a Companhia não espera incorrer em perdas superiores aos valores pagos pelas opções de compra de dólar.

22.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia tem utilizado essencialmente capital próprio para o financiamento de suas atividades, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à sua posição de caixa. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa (LAJIDA), e tem apresentando nos últimos anos, disponibilidades líquidas, conforme tabela abaixo:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades líquidas				
Caixa e equivalentes de caixa	431.412	457.538	578.264	683.661
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	(29.746)	(12.280)	(41.003)	(12.280)
Não circulante	(322.333)	(36.415)	(322.333)	(36.415)
Disponibilidade líquidas	79.333	408.843	214.928	634.966

As posições de financiamentos atreladas à operação de serviços financeiros, bem como ao financiamento de importações são tratadas como financiamentos operacionais e portanto, são desconsideradas para fins de cálculo das disponibilidades líquidas.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

23 Partes relacionadas

A Companhia, sociedades controladas e pessoas ligadas, realizaram algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

a) Contexto Consolidado

Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a “Administração”)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração nos termos do art. 21 do Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 6.114 (R\$ 7.110 no exercício de 2010), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 29).

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2011 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 10.000 para o exercício social de 2011.

Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações (nota explicativa nº 26). No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 10.590 (R\$ 14.102 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010), apresentados como despesa operacional antes do resultado financeiro.

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 35, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

b) Contexto Controladora

Contratos de Locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 5,5% das vendas mensais líquidas de tributos realizadas pela loja e (ii) R\$ 142 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Contrato de Prestação de Serviço de Concessão de Empréstimos e Intermediação de Venda de Títulos de Capitalização

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua subsidiária, RACC, mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos titulares do Cartão Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A Lojas Renner participa na operação com sua infra-estrutura operacional e como garantidora da operação. A RACC também oferece venda de títulos de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com a empresa Icatu Hartford Capitalização S.A..

Utilização do Cartão Renner na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner nas lojas da Camicado. A partir de outubro de 2011 foi ofertado aos clientes do Cartão Renner a utilização dos mesmos em compras na Camicado.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011, bem como os valores das transações registrados no resultado do período relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

	Controladas			2011	2010
	Dromegon	RACC	Camicado		
Saldos em 31 de dezembro de – Passivo					
Aluguéis a pagar	9.190	-	-	9.190	5.647
Conta corrente com empresas ligadas	-	8.061		8.061	17.335
Saldo do Cartão Renner			4.175	4.175	-
Transações no exercício					
Despesas com aluguéis	4.097	-	-	4.097	3.724

24 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, conforme demonstrado abaixo.

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Responsabilidade civil	102.100	57.000
Riscos diversos – Imobilizado e estoques	1.296.621	1.003.003
Veículos	14.264	9.104

25 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os

	Outorga contratual	6º outorga A	6º outorga B	7º outorga	Total 31/12/2011	Total 31/12/2010
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	1.822	601	10	638	7.591	6.953
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	-	-	-	-	(1.360)	(887)
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	-	(39)	-	(33)	(967)	(907)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/12/2011 – mil	1.822	562	10	605	5.264	5.159
Valor da opção para exercício em 31/12/2011 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R\$	14,44	38,65	38,97	51,42		
Valor de mercado da ação em 31/12/2011 – R\$	48,41	48,41	48,41	48,41		

Considerando o exercício das 4.659 mil opções *in the money* (2º, 3º, 4º, 5º e 6º outorgas e outorga contratual), demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2011:

Valor do Patrimônio Líquido em 31/12/2011	1.154.017
Quantidade de ações em 31/12/2011 – mil	122.821
Valor patrimonial da ação em 31/12/2011 – R\$	9,40
Valor do Patrimônio Líquido em 31/12/2011, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	1.259.458
Quantidade de ações em 31/12/2011, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	127.480
Valor patrimonial da ação em 31/12/2011, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	9,88
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	3,65%

Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1º Outorga (A)	1º Outorga (B)	2º Outorga	3º Outorga (A)	3º Outorga (B)	4º Outorga
Data da outorga	29/07/05	17/10/05	01/06/06	30/04/07	15/05/07	31/03/08
Dividend yield	-	-	1,21%	0,95%	0,89%	2,04%
Volatilidade do preço da ação	25,97%	59,37%	46,85%	34,46%	36,15%	51,39%
Taxa de juro livre de risco	14,87%	14,19%	14,92%	10,05%	9,69%	12,51%
"Vesting period"	-	-	0,41 anos	1,31 anos	1,35 anos	2,23 anos
Número de opções	760	55	815	517	250	1.029
Valor justo na data da outorga	5.022	443	13.484	7.772	4.191	21.565
Valor da opção para exercício em 31/12/2011 – (1º e 2º outorgas corrigidas pelo IPCA) – R\$	8,72	12,44	27,93	29,01	29,83	34,25
	5º Outorga	Outorga contratual	6º Outorga (A)	6º Outorga (B)	7º Outorga	
Data da outorga	19/01/09	30/03/09	18/01/10	15/03/10	16/02/11	
Dividend yield	2,21%	2,65%	3,07%	2,93%	3,65%	
Volatilidade do preço da ação	79,74%	57,45%	33,65%	35,38%	42,84%	
Taxa de juro livre de risco	11,39%	11,02%	12,12%	11,51%	11,80%	
"Vesting period"	3,04 anos	3,23 anos	4,03 anos	4,18 anos	5,12 anos	
Número de opções	1.094	1.822	601	10	638	
Valor justo na data da outorga	14.079	16.296	12.349	218	19.040	
Valor da opção para exercício em 31/12/2011 – R\$	15,15	14,44	38,65	38,97	51,42	

27 Plano de aposentadoria e pensão

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores.

28 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui penhora de dois dos seus imóveis registrados no Ativo Imobilizado, decorrente de débitos que estão sob discussão com a Fazenda Nacional.

Em 31 de julho de 2003, a Companhia optou por incluir os débitos com a Fazenda Nacional e FNDE, objeto de penhor, que totalizavam na data R\$ 1.074, no parcelamento especial instituído pela Lei 10.684/2003 (PAES). Referido parcelamento, destacado na nota explicativa nº 18, vem sendo regularmente pago pela Companhia e tem vencimentos programados até outubro de 2013, data em que poderão ser liberados os gravames sobre os referidos imóveis.

A Companhia mantém "Financiamentos clientes inadimplentes conta garantida" para financiamento de seus clientes, assumindo na condição de avalista e responsável pela liquidação dos débitos. Os valores destas transações estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 31 de dezembro de 2011, R\$ 110 na Controladora – BRGAAP e R\$ 4.086 no Consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ R\$ 69.624 e R\$ 69.709 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos, através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principal e acessórias, oriundas da operação. Em 31 de dezembro de 2011, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 11.355 na controladora – BRGAAP e R\$ 11.629 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 98.715 e R\$ 98.735 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 24.109 na controladora e no consolidado (R\$ 19.695 em 2010).

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos titulares do Cartão Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto aos Bancos, na condição de fiador e principal pagador, a plena e direta responsabilidade por todas as obrigações, principal e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos titulares do Cartão Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 31 de dezembro de 2011, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 77.058 (R\$ 76.644 em 2010), conforme nota explicativa nº 13.

29 Outros resultados operacionais

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração dos administradores	(6.114)	(7.110)	(6.114)	(7.110)
Tributárias	(24.221)	(23.545)	(25.116)	(23.560)
Despesas com produtos/serviços financeiros	(72.917)	(48.749)	(86.542)	(52.346)
Outras receitas operacionais	9.411	7.512	9.411	7.513
Recuperação de créditos fiscais (a)	6.084	6.098	6.084	6.098
Outras despesas operacionais	(6.912)	(3.845)	(6.912)	(3.845)
Participação empregados (b)	(4.946)	(21.871)	(4.949)	(21.871)
Outros resultados operacionais	(99.615)	(91.510)	(114.138)	(95.121)

(a) Refere-se à recuperação de créditos fiscais em nível administrativo ou judicial.

(b) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

30 Resultado financeiro

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras	41.148	36.643	41.613	36.643
Despesas financeiras	(35.010)	(11.444)	(37.220)	(11.513)
Outras (despesas) / receitas financeiras	(1.664)	2.206	(1.633)	2.167
Resultado financeiro, líquido	4.474	27.405	2.760	27.297

31 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração.

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em varejo e produtos financeiros.

A tabela abaixo demonstra essa segregação:

	Controladora – BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receita líquida	2.795.085	2.462.683	310.746	263.921	3.105.831	2.726.604
Custo das vendas	(1.317.873)	(1.182.367)	(20.884)	(27.092)	(1.338.757)	(1.209.459)
(Despesas)						
Vendas	(746.428)	(645.290)	-	-	(746.428)	(645.290)
Administrativas e gerais	(239.610)	(211.764)	-	-	(239.610)	(211.764)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(106.703)	(88.170)	(106.703)	(88.170)
Outros resultados operacionais	(26.698)	(42.761)	(72.917)	(48.749)	(99.615)	(91.510)
LAJIDA (nota explicativa nº 3.22)	464.476	380.501	110.242	99.910	574.718	480.411

	Consolidado – IFRS e BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receita líquida	2.896.617	2.462.683	341.926	288.655	3.238.543	2.751.338
Custo das vendas	(1.375.245)	(1.182.367)	(20.884)	(27.092)	(1.396.129)	(1.209.459)
(Despesas)						
Vendas	(775.541)	(641.702)	-	-	(775.541)	(641.702)
Administrativas e gerais	(250.682)	(211.764)	-	-	(250.682)	(211.764)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(109.427)	(88.172)	(109.427)	(88.172)
Outros resultados operacionais	(27.596)	(42.775)	(86.542)	(52.346)	(114.138)	(95.121)
LAJIDA (nota explicativa nº 3.22)	467.553	384.075	125.073	121.045	592.626	505.120

32 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 200 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, sendo 170 contratos referentes à operação da Controladora (147 em 2010) e 30 contratos referentes à operação da Camicado. A Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêm uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no contexto da controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 23, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 132.375 (R\$ 105.697 no exercício de 2010). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 33.405 (R\$ 26.456 em 2010).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no contexto consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 23, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 134.585 (R\$ 102.109 no exercício de 2010). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 24.961 (R\$ 20.809 em 2010).

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2011 totalizam um montante mínimo de R\$ 875.680, assim distribuídos:

	Total	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante
Aluguéis	875.680	137.159	134.769	132.135	113.625	98.810	259.182

33 Despesas por natureza

Os custos das vendas de mercadorias é composto basicamente pela baixa do custo dos estoques de mercadoria vendidas e a realização do ajuste a valor presente de fornecedores e custo de hedge incluídos nos estoques. Os custos dos produtos e serviços financeiros é composto basicamente pelo custo das captações de recursos para repasse.

Apresentamos a seguir, a segregação por natureza, das despesas apresentadas nas demonstrações do resultado de acordo com sua função:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Vendas:	(746.428)	(645.290)	(775.541)	(641.702)
Despesas com pessoal	(280.576)	(243.984)	(295.121)	(243.984)
Despesas com serviços de terceiros	(140.603)	(132.850)	(143.201)	(132.850)
Despesa com ocupação	(177.712)	(146.688)	(184.892)	(143.100)
Outras despesas	(147.537)	(121.768)	(152.327)	(121.768)
Administrativas e gerais:	(239.610)	(211.764)	(250.682)	(211.764)
Despesas com pessoal	(99.619)	(82.367)	(101.022)	(82.367)
Despesas com serviços de terceiros	(47.710)	(46.273)	(53.080)	(46.273)
Despesa com ocupação	(11.696)	(7.304)	(11.819)	(7.304)
Outras despesas	(80.585)	(75.820)	(84.761)	(75.820)
Perdas em créditos, líquidas	(106.703)	(88.170)	(109.427)	(88.172)
Outros resultados operacionais	(99.615)	(91.510)	(114.138)	(95.121)
Total das despesas	(1.192.356)	(1.036.734)	(1.249.788)	(1.036.759)

34 Destinações do lucro

Apresentamos a seguir, demonstrativo dos juros de capital próprio e dividendos aprovados em 2011 e 2010 (Controladora BRGAAP e Consolidado BRGAAP e IFRS):

	2011			2010		
	R\$ (mil)	Ações em circulação	R\$ / ação	R\$ (mil)	Ações em circulação	R\$ / ação
Lucro Líquido	336.907	122.821	-	308.028	122.349	-
Juros sobre o capital próprio	76.446	-	-	70.228	-	-
1º trimestre	18.474	122.349	0,1510	-	-	-
2º trimestre	18.920	122.537	0,1544	-	-	-
3º trimestre	19.376	122.551	0,1581	-	-	-
4º trimestre	19.676	122.821	0,1602	70.228	122.349	0,5740
Dividendos	176.234	-	-	160.793	-	-
4º trimestre	176.234	122.821	1,434889	160.793	122.349	1,3142
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	252.680	-	2,058589	231.021	-	1,8882
Dividendos e juros computados ao exercício sobre lucro líquido (%)	75%			75%		

A Administração da Companhia propôs, em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 14 de março de 2011, 26 de junho de 2011, 23 de setembro de 2011 e 19 de dezembro de 2011, a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio do exercício de 2011, nos montantes de R\$ 18.474 (R\$ 0,1510 por ação), de R\$ 18.920 (R\$ 0,1544 por ação), de R\$ 19.376 (R\$ 0,1581 por ação) e de R\$ 19.676 (R\$ 0,1602 por ação), respectivamente. A distribuição desses dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2012.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Consequentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de, aproximadamente R\$ 6.690 em 31 de dezembro de 2011, R\$ 6.588 em 30 de setembro de 2011, R\$ 6.433 em 30 de junho de 2011 e R\$ 6.281 em 31 de março de 2011, conforme nota explicativa nº 9.

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2012, a distribuição de 75% do lucro líquido gerado no exercício de 2011, complementando, a título de dividendos, montante já deliberado na forma de juros sobre capital próprio ao longo do exercício. A distribuição dos dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2012. A soma dos juros sobre capital próprio acrescido dos dividendos, totalizando 75% do lucro líquido gerado no exercício, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do estatuto social da Companhia.

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, está sendo constituída uma reserva de lucros para investimento e expansão no montante de R\$ 84.227, conforme previsto no art. 36, item (c) do estatuto social da Companhia, destinada a cobrir parte dos investimentos do plano de expansão, previstos para o exercício social de 2011. Conforme o art. 199 da Lei 6404/76 o saldo desta reserva não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

* * *